



Ex-

Governo vai dar

Deputado do CDS
OPINIÃO

presidente do

Cavaco estraga



A “modernização” do Politécnico é mortífera e salazarenta

JOÃO MARIA MENDES 13/06/2016 - 07:59

Defender a qualidade do ensino superior é promover a pluralidade das suas instituições e as geometrias variáveis das suas associações, não o caduco sistema binário

Desde a sua institucionalização (em finais da década de 70 e meados da de 80 do séc. XX) que o ensino superior politécnico não assistia a uma vaga de hostilizações tão persistente e concertada como a actual: a reorganização do ensino superior pelos sucessivos governos desde 2007 (ano do RJIES de Mariano Gago), o cada vez mais auto-centrado *lobbying* universitário, os cortes orçamentais dos anos do resgate e novas políticas discriminatórias desequilibraram a relação de forças entre os dois subsistemas do ensino superior, favorecendo cada vez mais o poder universitário e tentando desqualificar o politécnico. Essa ofensiva, claramente assumida pelo governo Passos Coelho, ganhou inesperadamente nova alma com o governo António Costa.

O que está em causa, hoje, no braço-de-ferro entre governo e universidades, por um lado, e ensino superior politécnico, por outro, é sobretudo uma questão simbólica, de poder e de dinheiro: as universidades tentam voltar a ser as únicas representantes do ensino superior; posicionam-se como principais interlocutoras dos governos; e requerem para si a parte de leão dos investimentos públicos no ensino.

Ora, durante as últimas três décadas, as universidades criaram, para garantir a sua sobrevivência, cada vez mais formações tipicamente politécnicas, tentando adequar-se às realidades da profissionalização e dos mercados de trabalho. Os politécnicos, por seu turno, não prescindiram do ensino teórico-prático necessário à formação de melhor capital humano. O resultado deste duplo movimento foi a crescente sobreposição e equivalência de ofertas de formação e a caducidade do *statu quo* binário, cuja razão de ser se diluiu nas opções e nas práticas de ambos os subsistemas. E tudo isto se fez com a complacência de sucessivos governos, que se limitaram a “deixar fazer”.

Ironicamente, em resultado desse “deixar fazer”, a paisagem do ensino superior mudou e é hoje bem mais rica e plural do que a que governos e universidades pretendem agora impor. Se a insistência na defesa do sistema binário já só exprime a última trincheira universitária, a experiência mostrou que as melhores e mais inovadoras práticas pedagógicas já dependem hoje, e dependerão cada vez mais amanhã, da capacidade de universidades, politécnicos, centros de investigação e outras organizações (fundações públicas ou privadas, por exemplo) se associarem inter-pares para criar ofertas formativas com valências e competências diversas e dispersas por diferentes nichos criativos. O futuro do ensino superior é essa pluralidade e não o sistema binário e a antiga hierarquia institucional que agora se pretende eternizar, tentando ferir de morte o politécnico e reaproximando-o das antigas escolas industriais e comerciais do salazarismo.

Em nome da “modernização” do politécnico público e da sempre invocada “convergência com os padrões europeus” (que, de todo, não existem nesta matéria), o actual governo propõe agora que o subsistema se especialize em formações curtas, cursos técnicos profissionais (TESPs) e faça investigação aplicada de incidência sobretudo local, abrindo as portas a cada vez mais alunos sem o 12.º ano e ignorando todo o caminho percorrido nas últimas três décadas.

Um tal programa convém decerto a politécnicos do interior, vocacionados para a qualificação de mão-de-obra local. E esses politécnicos bem precisam de programas específicos de apoio que

os reconheçam como mais-valias regionais. Mas, para os politécnicos do Porto, Lisboa e Coimbra, capazes de se associar a universidades nacionais ou estrangeiras na criação de novas formações e de serem co-responsáveis das experiências mais inovadoras do ensino superior, esse programa é, pura e simplesmente, dizimador e assassino.

Este diferendo já levou os politécnicos do Porto, Lisboa e Coimbra a suspender a sua participação no CCISP, e não poderá, face ao novo “contrato” proposto pelo governo, deixar de se agravar. O governo está a instigá-lo e a provocar o seu agravamento, em nome de uma reforma cega e supostamente “igualitária”, que põe todo o politécnico no mesmo saco e ignora a desigualdade das capacidades e competências efectivas de diferentes instituições do seio do subsistema.

[< Anterior](#)

Página 1 de 2

[Seguinte >](#)[Texto completo](#)

Subscreva as nossas newsletters

O melhor do Público no email.

Subscrever

COMENTÁRIOS

Os comentários a este artigo estão fechados. [Saiba porquê.](#)



Jose

As escolas do chamado ensino superior são de maior idade. Não se podem limitar a esperar que o Ministro da tutela lhes faça o caminho. Têm de ter vida própria, atividades próprias, andar por seus próprios pés e cabeça. Obter receitas próprias fazer o seu próprio marketing, angariar os seus alunos pela notoriedade e

[13/06/2016 16:48](#)

posicionamento que oferecem em Portugal e no resto do mundo. Vir para os jornais fazer queixa dos ministros sempre que muda o personagem e dizer as mesmas coisas de sempre foi chão que deu uvas. Mexem-se, mostrem o que valem e deixem os ministros fora de jogo. Basta de queixinhas.



Álvaro Aragão Athayde

Engenheiro (aposentado) , Coimbra

13/06/2016 09:55

Incomoda-me que se defendam Interesses Particulares afirmando defender o Interesse Geral, que se defendam Tachos afirmando defender o Povo. O Ensino Terciário, que é o que tem por alvo o grupo etário dos 18 aos 24 anos, pode ser Superior ou Não Superior, e o Superior pode ser Universitário ou Não Universitário. Em Portugal estas distinções não são usualmente feitas por causa do Doutorismo Nacional. Todos querem ser Doutores. Em 1910 a Revolução promoveu, administrativamente, os Bacharéis a Licenciados e os Licenciados a Doutores. Os Doutores Doutores ficaram, porque já o eram. E em 1975 a Revolução voltou a promover, administrativamente, vários graduados aos prestigiantes graus de Bacharel e de Licenciado, Doutores ao fim e ao cabo. E todos se acham com direito a uma fatia do Orçamento.